PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA

Diretor do Departamento de Inteligência Territorial – DIN

Ata número cinco

No dia 17 de julho de 2017, nas instalações da Câmara Municipal de Cascais, pelas 09h00m, reuniu o júri designado por deliberação da Assembleia Municipal de 21 de março de 2016, em conformidade com o artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, que procedeu à adaptação à administração local do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril, n.º 64/2011, de 22 de dezembro, Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e n.º 128/2015, de 3 de setembro, para o procedimento concursal de seleção para o cargo de Diretor do Departamento de Inteligência Territorial – DIN, cargo de Direção Intermédia de 1.º Grau, estando presentes, Ana Luísa Amado Antas de Barros Frischknecht, na qualidade de Presidente do Júri, e os vogais, Filipe Miguel Cruz Queirós Nascimento e Miguel Maria Horta Costa Arrobas da Silva, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aplicar a fórmula de classificação final;
2. Proceder à proposta de designação;

I- Classificação Final

Aplicada a ponderação a cada método, prevista na ata n.º 1, resultou a classificação final dos candidatos, que se encontra, também, anexa à presente ata e que dela faz parte integrante (ANEXO I).

II- Proposta de designação

Em cumprimento do n.º 6 do artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e considerando os resultados obtidos pelos candidatos, e que esses refletem a adequação ao perfil exigido, a *"competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção"*, deliberou o júri propor a designação do candidato **João Tiago Pereira Caldas Gonçalves** como Diretor do Departamento de Inteligência Territorial – DIN.

Em anexo apresenta -se proposta de designação com a respetiva fundamentação.

17 de julho de 2017

O Júri,

O Presidente do Júri	O Vogal Efetivo	O Vogal Efetivo
Ana Luísa Amado Antas de Barros Frischknecht	*Filipe Miguel Cruz Queirós Nascimento*	*Miguel Maria Horta Costa Arrobas da Silva*

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL – DIN

NOME	AVALIAÇÃO CURRICULAR	ENTREVISTA PÚBLICA	CLASSIFICAÇÃO FINAL
João Tiago Pereira Caldas Gonçalves	16,500	19,000	**18,250**
João Alexandre Farracha Montes Palma	17,250	17,000	**17,075**
António Eduardo Pires Rodrigues Augusto	12,100	13,000	**12,730**

ANEXO II

PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA

Diretor do Departamento de Inteligência Territorial – DIN

Em cumprimento do n.º 6 do artigo 21º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, e considerando que:

O júri do procedimento concursal para o provimento do titular do cargo Diretor do Departamento de Inteligência Territorial – DIN, definiu na sua Ata n.º 1 os critérios de seleção a considerar na avaliação das competências técnicas e comportamentais;

As competências técnicas foram avaliadas em sede de "Avaliação Curricular", relevando para aquelas, as habilitações académicas, a experiência profissional em funções técnicas e em funções de coordenação ou direção, e a formação profissional em áreas técnicas e de gestão/direção relevantes para o exercício do cargo;

A "*aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo*" foi aferida pelas competências comportamentais previamente definidas, e que estas foram alvo de avaliação no método de seleção "Entrevista Pública";

O candidato **João Tiago Pereira Caldas Gonçalves** possui os requisitos legais exigidos pelo n.º 1 do artigo 12º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para o provimento do referido cargo;

O referido candidato revelou, de entre os candidatos admitidos à Entrevista Pública, possuir competência técnica, na área de atividade das atribuições da Unidade Orgânica em causa, especificamente no âmbito da inteligência territorial e reabilitação urbana e desenvolvimento estratégico territorial, adquirida e desenvolvida ao longo da sua experiência profissional, bem como experiência anterior em funções semelhantes, e qualificação académica e profissional adequada e significativa para o exercício das funções inerentes ao cargo a prover;

O candidato **João Tiago Pereira Caldas Gonçalves** revelou aptidão para o exercício do cargo, revelando ao longo da entrevista, na qual foram exploradas as suas experiências profissionais, cuja síntese se apresenta infra, um elevado Compromisso com o Serviço Público e Orientação para Resultados, uma elevada Visão Estratégica e capacidade de Planear e Organizar as atividades, evidenciando uma boa capacidade de Liderança e Decisão, e elevada Tolerância à pressão e contrariedades;

Aplicados os métodos de seleção, o candidato obteve a melhor valoração na classificação final – 18,250 valores;

Se prevê, face ao supra indicado e aos resultados obtidos em ambos os métodos de seleção aplicados, uma boa capacidade de adaptação ao cargo, bem como um desempenho de qualidade no exercício das funções a esse inerentes;

Propõe-se a designação do candidato **João Tiago Pereira Caldas Gonçalves** para Chefe do Departamento de Inteligência Territorial (DIN), cuja síntese curricular se apresenta infra.

Síntese Curricular

João Tiago Pereira Caldas Gonçalves é Licenciado em Arquitetura, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

Desde 2016 exerce as funções de Diretor do Departamento de Inteligência Territorial, da Câmara Municipal de Cascais;

Entre 2015 e 2016 foi Diretor do Departamento de Desenvolvimento Estratégico, da Câmara Municipal de Cascais;

Entre 2010 e 2015 foi Presidente do Conselho de Administração da Cascais Próxima – Gestão da Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, E.M., S.A.

Entre 2004 e 2009 foi Diretor do Departamento de Urbanismo, da Câmara Municipal de Cascais;

Entre 2002 e 2004 foi Diretor do Departamento de Urbanismo e Infraestruturas, da Câmara Municipal de Cascais;

Entre 1988 e 2002 exerceu funções de Técnico Superior na Divisão de Apreciação de Projetos, da Câmara Municipal de Cascais.

Frequentou diversas formações nas áreas de RJUE, RJIT, reabilitação, regeneração e requalificação urbana e tecnologias das inteligências urbanas, bem como outros cursos de formação na área de direção e gestão/liderança tendo ainda concluído com sucesso o Curso de Gestão Pública na Administração Local – GEPAL.

17 de julho de 2017

O Júri,

O Presidente do Júri	O Vogal Efetivo	O Vogal Efetivo
Ana Luísa Amado Antas de Barros Frischknecht	*Filipe Miguel Cruz Queirós Nascimento*	*Miguel Maria Horta Costa Arrobas da Silva*